

Devastação atinge 90% das margens do Itapemirim

Rossini Amaral

Em apenas 14 anos, entre 1974 e 88, a bacia hidrográfica do rio Itapemirim, que compreende 13 municípios no Sul do Estado, teve sua cobertura florestal devastada em cerca de 90%. Como resultado disso, vem se registrando uma diminuição gradual no volume de água dos mananciais da região — somente o rio Itapemirim teve uma queda em sua vazão média da ordem de 40% —, inúmeros córregos e nascentes desapareceram e outros perderam sua perenidade. Também houve significativa redução da lâmina de água do lençol freático. Como decorrência de tudo isto, o chefe da Divisão de Projetos e Obras do Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), em Vitória, Washington Luiz Bizzi, disse que “esta não é uma situação tranquila, e não deixa de ser preocupante para o futuro”.

A bacia hidrográfica do rio Itapemirim possui 589.100 hectares. Nela estão incluídos os municípios de Itapemirim, Cachoeiro, Muqui, Atilio Vivacqua, Vargem Alta, Jerônimo Monteiro, Alegre, Iúna, Ibatiba, Ibitirama, Muniz Freire, Conceição de Castelo e Castelo. De acordo com levantamento feito pelo chefe do escritório local do Instituto de Terras e Cartografia Florestal (ITCF), Fábio Correia Gonçalves, a bacia possui 118 córregos, 16 riachos e 13 rios.

Um levantamento aerofotogramétrico realizado sobre a bacia hidrográfica do rio Itapemirim, em 1974, detectou a existência de 118 mil hectares de cobertura florestal, correspondente a 17,2% da área total. Naquele ano, o Serviço Autônomo de Água e Esgotos (Saee) realizou um levantamento através do qual apresentou uma vazão de 69,9 metros cúbicos por segundo. De acordo com o DNOS, a vazão do manancial vem mantendo-se, nos últimos anos, com um máximo de 60 metros cúbicos por segundo, chegando a diminuir para 52 metros cúbicos/seg, nível que foi considerado por Washington Luiz Bizzi como “muito baixo”.

Pluviometria

Dados do serviço climatológico da Emcapa indicam também que, como decorrência da devastação florestal no Sul do Estado, os índices pluviométricos vêm apresentando sensíveis quedas nos últimos



Foto de Rossini Amaral

Dalva Ringuier: se houver reflorestamento, o Itapemirim ainda poderá ser salvo

anos. Na região de Cachoeiro de Itapemirim, as precipitações em 1987 foram de 1.233,7 milímetros, nível considerado como satisfatório pelo engenheiro agrônomo do ITCF, Fábio Correia Gonçalves. Entretanto, em 1988, os índices caíram para um total de 983,7 milímetros, enquanto que neste ano, até maio, choveu somente 338,5 milímetros.

Situação idêntica vive o município de Alegre, onde, de acordo com dados da Emcapa, a incidência de chuvas também vem caindo ultimamente. Em 1987, as precipitações chegaram a 1.313,8 milímetros, caindo no ano passado para 1.023,3 milímetros, chegando a maio passado com 722,3 milímetros. Para o supervisor de climatologia da Emcapa, Angelo Custódio Carvalho, o que ocorre no clima da região Sul constitui-se motivo de preocupação. Entende que pode estar em curso um processo de desertificação a exemplo do que ocorre no Norte do Estado.

O prefeito de Alegre, Roberto Luciano Duarte, lembrou que dois córregos que cortam a cidade, há alguns anos muito caudalosos, não permitindo a travessia a pé, hoje estão praticamente secos. Em Castelo, a situação não é muito diferente. Ali cerca de 1.200 nascentes desapareceram nos últimos anos, enquanto muitas outras perderam a perenidade.

O secretário de Administração da prefeitura de Castelo, Sérgio Tassis, conheceu o rio Castelo “bem mais largo e mais profundo do que agora”. E comenta: “Todos

os mananciais do Sul do Estado tiveram redução em suas vazões como consequência da devastação florestal”.

Para a presidenta da Associação dos Amigos da Bacia do Rio Itapemirim (Aabri), Dalva Vieira Ringuier, “caso não haja a reposição florestal do que foi desmatado, a tendência é a vazão do rio Itapemirim diminuir a cada ano”. Dalva observou também que, apesar de a bacia hidrográfica do manancial ter perdido 90% de sua cobertura vegetal nos últimos 15 anos, o volume de água do lençol freático não se esgotou com a mesma velocidade no mesmo período, mas este processo vem ocorrendo de forma gradual até que seja totalmente exaurido.

O secretário municipal de Agropecuária de Alegre, José Luiz Albani, declarou que o volume de água nos córregos e nascentes do município diminuiu nos últimos anos entre 80 e 90%. Disse também que a situação somente não é mais grave atualmente “porque muitas encostas conseguiram manter-se intactas, devido às dificuldades de acesso para desmatamentos”.

Diagnóstico

Diagnóstico florestal realizado no Espírito Santo, no ano passado, indicou a existência de 9,3% de cobertura vegetal — formada por florestas naturais e capoeiras. Ao utilizar o percentual estadual na bacia hidrográfica do rio Itapemirim, o agrônomo Fábio Correia Gonçalves constatou que a bacia, que em 1974 possuía 118 mil hectares de florestas, agora tem apenas 54.700 hectares.

Por outro lado, a presidenta da Aabri, Dalva Ringuier, mencionou um levantamento feito em novembro de 1986 pelo Departamento Nacional de Águas e Energia (Denae) que apontou uma vazão mínima no rio Itapemirim de 13 metros cúbicos por segundo, em época de estiagem, e uma máxima de 70 metros cúbicos por segundo, nas cheias. “Isto constitui-se em mais uma prova da devastação florestal ocorrida na bacia do rio”, assinalou.

Para ilustrar as consequências da devastação florestal no meio ambiente, o agrônomo Fábio Gonçalves explicou que a terra tendo cobertura vegetal sobre ela recebe 60% de infiltração de água, enquanto que uma vez desprovida dessa cobertura recebe somente 6%. Por este motivo, ressaltou que muitos dos olhos d’água, córregos e riachos estão desaparecendo por falta de água nos lençóis freáticos.

Ainda de acordo com Fábio Gonçalves, a bacia do Rio Itapemirim apresenta atualmente 15.478 propriedades rurais, conforme dados fornecidos pelo Incra. Cada uma das propriedades têm em média 38 hectares e disse que, se cada um de seus proprietários decidir repôr um hectare por ano da vegetação que foi tirada nos últimos anos, ao longo dos próximos quatro anos seria possível conseguir a mesma taxa de cobertura vegetal existente em 1974.

Dalva Vieira Ringuier, da Aabri, observou que a Constituição Estadual, recém-promulgada, “preconiza justamente a reposição florestal de 1% ao ano para cada propriedade rural, até que se atinja a um percentual de 20% em cada uma delas”. Entretanto, Dalva condenou a legislação que o Incra vem colocando em prática, através da qual tributa os proprietários rurais que tenham mais de 20% de suas terras em florestas. Para ela, isto ao contrário de servir como incentivo à preservação ambiental, concorre para a devastação em escala cada vez maior.

Dalva e Fábio Gonçalves concordaram sobre a necessidade de um cadastramento anual das propriedades rurais junto ao Incra, com o objetivo de acompanhar o índice de cobertura florestal em cada uma das áreas parceladas, bem como fornecer elementos para a detecção do número de nascentes, córregos e riachos que desaparecerem com o tempo.

A presidenta da Aabri alertou também para a degradação que vem sofrendo o rio Itapemirim, como consequência do lançamento em escala cada vez maior dos esgotos residenciais e, principalmente, industriais. Segundo ela, um número cada vez maior de serrarias de mármore e granito vem sendo instalado na região serrana, “sem que tenham que obedecer qualquer norma ambiental, e por isso concorrem para a poluição incontrollável dos rios que formam a bacia do Itapemirim”.

Fábio Gonçalves disse que na região do Alto e Médio Itapemirim a declividade dos rios chega a alcançar a 14 metros de altitude por quilômetro, suficientes para contribuir com uma alta taxa de oxigenação das águas.

Aabri condena obra feita em manancial

A presidenta da Associação dos Amigos da Bacia do Rio Itapemirim (AABRI), Dalva Vieira Ringuier, tem condenado as obras que a Prefeitura desta cidade vem executando no manancial, que teriam por objetivo sua despoluição conforme foi proposto pelo Prêmio Nobel Alternativo de Ecologia, José Lutzemberg. Para a ambientalista, os trabalhos realizados pela municipalidade “não irão despoluir o rio, mas sim alterar seu ecossistema”.

As críticas feitas por Dalva Ringuier tiveram por base a dinamitação de rochas no leito do rio Itapemirim, feitas por quatro operários com auxílio de um compressor de ar, e que vêm acabando com os pontos de repascimento da água do manancial em ocasiões de estiagem, como ocorre atualmente com os serviços em execução.

Enrocamento

Dalva Ringuier disse ainda ignorar que os trabalhos que a Prefeitura vem realizando no rio Itapemirim tenham base em estudos técnicos de impacto ambiental, ou a projetos elaborados por pessoas habilitadas. “A questão da despoluição do Rio deve estar acompanhada de um estudo técnico, assinado por um profissional da área”, observou a ambientalista.

As obras em execução no rio Itapemirim tiveram início na parte norte da cidade, onde os operários da Prefeitura promovem o enrocamento de pedras na margem direita, de forma a desobstruir as áreas onde a água fica misturada com esgotos e impedida de entrar no leito do manancial. “A Aabri sabe que a água parada traz problemas para a qualidade de vida da população e que o enrocamento resolveria no momento esta questão, mas isso não significa estar despoluindo o manancial”.

De acordo com a ambientalista, a Prefeitura “na realidade está tirando o esgoto da margem do rio e levando-o para o centro. Enquanto isto, o trabalho de despoluição é a médio e longo prazos, porque exige mexer em toda infra-estrutura de Cachoeiro de Itapemirim, conforme parecer do engenheiro ambiental Augusto Set, do Ibama, que realizou estudos na cidade três meses atrás.

Dalva Ringuier lembrou também que o prefeito Theodorico de Assis Ferraço se comprometeu com o prêmio Nobel alternativo de ecologia, José Lutzemberg, a realizar a despoluição do rio Itapemirim sem intervir em sua infra-estrutura e ecossistema. O ecologista propôs, neste sentido, a construção de canais suspensos nas duas margens do manancial para coleta dos esgotos domésticos e industriais, conduzindo-os a uma estação de tratamento à jusante da cidade. Isto, segundo a ambientalista, não vem sendo feito.